

**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**  
**24º CONCURSO PÚBLICO – APLICAÇÃO: 3/3/2002**  
**Cargo: PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO**

Nas questões de **1** a **100**, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a Folha de Respostas.

1. Com relação aos crimes omissivos, assinale a opção **incorreta**.

- A) Nos crimes omissivos próprios, a omissão é elementar do tipo penal.
- B) Nos crimes omissivos impróprios, a omissão é uma forma de alcançar o resultado.
- C) Para que o autor responda penalmente pela prática de um crime comissivo por omissão, ele deve ter o dever de impedir o resultado.
- D) Os crimes omissivos puros dependem da ocorrência de um resultado posterior, pois a simples omissão normativa é insuficiente para que eles fiquem caracterizados.

2. No que concerne à aplicação da lei penal no tempo, assinale a opção **incorreta**.

- A) A *abolitio criminis* faz cessar a execução da sentença condenatória e todos os efeitos penais decorrentes dessa decisão.
- B) A *abolitio criminis* faz cessar a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, a qual decorre da sentença penal condenatória.
- C) A lei penal mais benigna possui retroatividade e ultratividade.
- D) A lei excepcional, cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se a fato praticado durante sua vigência.

3. Com relação à prescrição das condutas tipificadas nas leis especiais, assinale a opção **incorreta**.

- A) As causas interruptivas da prescrição, previstas no Código Penal (CP), são aplicadas aos crimes falimentares, pois o Decreto-lei n.º 7.661/1945 não disciplina referida matéria.
- B) A Lei de Imprensa prevê, expressamente, prazos para a prescrição da pretensão punitiva e para a prescrição da pretensão executória.
- C) Aos crimes tipificados na Lei n.º 6.368/1976 não se aplicam os prazos prescricionais previstos no CP, pois a lei especial citada regulamenta essa matéria de maneira diversa.
- D) Às condutas tipificadas penalmente no Código Eleitoral aplicam-se os prazos prescricionais previstos no CP.

4. Considerando os posicionamentos sumulados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), ainda em vigor, assinale a opção **incorreta**.

- A) Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração dos bens da vítima.
- B) O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.
- C) No crime de roubo, a intimidação feita com arma de brinquedo autoriza o aumento da pena.
- D) Comprovado não ter havido fraude, não se configura o crime de emissão de cheque sem fundos.

5. Acerca das causas de extinção da punibilidade, assinale a opção **incorreta**.

- A) A sentença que concede o perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência.
- B) Ocorrendo concurso material de crimes, o cálculo do prazo prescricional será feito levando-se em conta a soma das penas dos delitos.
- C) Ocorrendo indulto total, permanecem os efeitos civis decorrentes da sentença penal condenatória.
- D) Ocorrendo concurso formal de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um dos delitos, isoladamente.

6. Assinale a opção **incorreta**.

- A) A desistência voluntária e o arrependimento eficaz dependem, sempre, da vontade do agente.
- B) No arrependimento eficaz, após o agente esgotar os meios de que dispunha para a prática do crime, pratica nova atividade, evitando que o resultado ocorra.
- C) Na tentativa imperfeita, a consumação não ocorre, apesar de o agente ter praticado todos os atos necessários à produção do evento.
- D) Para a caracterização do crime impossível, é imprescindível que o meio utilizado seja absolutamente ineficaz para a obtenção do resultado.

7. Com relação ao crime de tráfico de substância entorpecente, tipificado no art. 12 da Lei n.º 6.368/1976, assinale a opção **incorreta**.

- A) Demonstrado que o agente mantinha em depósito certa quantidade da planta *Cannabis sativa* L. (maconha), que seria difundida ilicitamente por ele, será irrelevante o fato de não estar vendendo a droga no momento em que for abordado pela polícia.
- B) Quando o agente praticar, em um mesmo contexto fático, mais de uma das ações tipificadas no art. 12, responderá por um único crime, pois o delito é de ação múltipla ou de conteúdo variado.
- C) A prática de atos onerosos ou de comercialização é imprescindível à configuração do tipo penal em comento.
- D) Considerando que a quantidade da substância entorpecente não é elementar do delito de tráfico, ela será analisada somente como mais um subsídio para a tipificação do delito.

8. A respeito dos crimes contra o patrimônio, assinale a opção **incorreta**.

- A) O emprego de violência ou grave ameaça contra a pessoa, logo após a subtração, com a finalidade de assegurar a impunidade do crime, caracterizará o roubo impróprio.
- B) Ao contrário do crime de extorsão, cuja consumação exige comportamento ativo da vítima, no crime de roubo a coisa é subtraída mediante violência ou grave ameaça, não havendo necessidade de a vítima praticar qualquer ato.
- C) Na apropriação indébita, o agente tem a anterior posse da coisa alheia, que lhe foi confiada pelo ofendido, e passa a agir como se fosse o dono da coisa.
- D) Quando o agente, com o objetivo de prestar auxílio a criminoso, tornando seguro o proveito do crime, recebe bens, ciente da proveniência ilícita deles, pratica o crime de receptação dolosa.

9. Acerca dos crimes contra a vida, assinale a opção **incorreta**.

- A) No homicídio preterintencional, o agente responderá por culpa com relação ao resultado morte.
- B) Apenas o motivo de relevante valor social ou moral torna privilegiado o homicídio.
- C) A gravidade das lesões causadas culposamente somente influenciará a aplicação da pena, pois não é motivo de aumento da pena abstratamente cominada.
- D) O crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio consuma-se apenas com a ocorrência de morte ou lesão corporal de natureza grave.

10. Assinale a opção **incorreta**.

- A) Quanto à execução das penas privativas de liberdade, o Brasil, com algumas modificações, adota o sistema denominado inglês ou irlandês.
- B) A fixação do regime inicial de cumprimento da sanção considera a quantidade de pena imposta, a reincidência e as circunstâncias judiciais.
- C) Na pena de prestação pecuniária, exige-se a demonstração do prejuízo da vítima, a exemplo do que ocorre na multa reparatória.
- D) Antes de a Lei n.º 9.714/1998 incluir a prestação pecuniária como espécie de pena restritiva de direitos, ela já era prevista na Lei n.º 9.605/1998, que disciplina sanções penais e administrativas das condutas lesivas ao meio ambiente.

11. Assinale a opção **incorreta**.

- A) A qualquer tempo, a reparação do dano, no peculato culposos, extingui a punibilidade.
- B) Nos crimes contra a ordem tributária, o recolhimento do tributo, antes do recebimento da denúncia, extingue a punibilidade.
- C) Após o recebimento da denúncia, a reparação espontânea do dano ambiental é circunstância atenuante.
- D) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, haverá redução da pena, quando o agente, voluntariamente, reparar o dano até o início da ação penal.

12. Assinale a opção **incorreta**.

- A) A idéia de bem jurídico funciona como importante critério limitador na formação do tipo penal, orientando a elaboração das leis penais.
- B) A política criminal é responsável pela seleção dos bens (ou direitos) que devem ser tutelados jurídica e penalmente, escolhendo o caminho para efetivar tal tutela.
- C) Todos os bens juridicamente protegidos foram postos sob a tutela específica do direito penal.
- D) A criminologia tem como objetivo o estudo das causas do crime, as medidas recomendadas para tentar evitá-lo, a pessoa do delinquente e os caminhos para sua recuperação.

13. O indivíduo A conduzia seu veículo pela Av. W3 Sul, com excesso de velocidade, e colidiu com uma motocicleta, conduzida pelo indivíduo B, que trafegava regularmente pela via em questão. Da colisão, saiu lesionado o indivíduo C, que ocupava a garupa da motocicleta. Os condutores supracitados, bem como as pessoas que passavam pelo local, apesar de poderem fazê-lo, não prestaram socorro à vítima. Acerca dessa situação, julgue os itens abaixo.

- I O condutor A responderá pelo crime de lesões corporais em concurso com o delito de omissão de socorro, ambos previstos na Lei n.º 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro).
- II O condutor B responderá pelo crime de omissão de socorro tipificado na Lei n.º 9.503/1997.
- III As pessoas que passavam pelo local responderão pela omissão de socorro tipificada no art. 135 do CP.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.

14. Julgue os itens que se seguem.

- I Os crimes falimentares podem ser antefalimentares ou pós-falimentares.
- II Crimes militares puros ou próprios são aquelas condutas definidas apenas no Código Penal Militar.
- III Crime plurissubjetivo é aquele que, por sua conceituação típica, exige dois ou mais agentes para a prática da conduta criminosa.

Assinale a opção correta.

- A) Todos os itens estão certos.
- B) Apenas os itens I e II estão certos.
- C) Apenas os itens I e III estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.

15. No que concerne ao erro na execução, julgue os itens subsequentes.

- I Ocorre *aberratio ictus* com unidade simples quando o agente, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, atinge pessoa diversa da que pretendia ofender.

II Se, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, for atingida outra pessoa, além daquela visada pelo agente, aplica-se a regra do concurso formal para o cálculo da pena.

III Para a caracterização do crime e suas circunstâncias, consideram-se sempre as condições ou qualidades da pessoa atingida.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas os itens I e II estão certos.
- B) Apenas os itens I e III estão certos.
- C) Apenas os itens II e III estão certos.
- D) Todos os itens estão certos.

16. Um indivíduo praticou conjunção carnal com uma mulher de dezenove anos, a qual se encontrava sob efeito de substância entorpecente ministrada por ele. Considerando que não houve violência ou grave ameaça contra a vítima para a prática de referido ato sexual, é correto afirmar que esse indivíduo perpetrrou o delito denominado

- A) atentado ao pudor mediante fraude.
- B) atentado violento ao pudor com violência presumida, pois a vítima estava impossibilitada de oferecer resistência.
- C) posse sexual mediante fraude.
- D) estupro com violência presumida, pois a vítima estava impossibilitada de oferecer resistência.

17. O CP, em seu art. 121, § 3.º, tipificou o homicídio culposo, todavia a Lei n.º 9.503/1997, em seu art. 302, tipificou a conduta de quem causa homicídio culposo na direção de veículo automotor, inclusive fixando pena mais grave. Considerando os princípios existentes para a solução do conflito aparente de normas, para encontrar a norma aplicável ao condutor que causasse um homicídio culposo de trânsito no dia de hoje poderia ser utilizado o princípio da

- A) alternatividade.
- B) consunção ou absorção.
- C) subsidiariedade.
- D) especialidade.

18. Com relação aos crimes contra a honra, assinale a opção correta.

- A) No crime de difamação, exige-se que o agente tenha consciência da falsidade da imputação.
- B) A consumação do crime de calúnia ocorre quando a vítima, por qualquer forma, toma conhecimento da falsa imputação de crime que lhe foi feita.
- C) Como a injúria não está relacionada a fato preciso, mas às qualidades da vítima, não admite a exceção da verdade, pois referidas qualidades não podem ser questionadas pelo agente.
- D) A falsa imputação de crime a alguém, com o objetivo de ser instaurada investigação policial, caracteriza o crime de calúnia.

19. O art. 5.º, inciso LV, da Constituição da República assegura aos acusados em geral o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Com apoio nesse dispositivo, o acusado

- A) tem direito a ser previamente informado, durante o inquérito policial, da decretação de medidas cautelares, entre as quais a busca e apreensão domiciliar.
- B) poderá dispensar a presença de advogado na audiência de inquirição das testemunhas arroladas na denúncia, por ser a defesa técnica um direito disponível nos atos de instrução.
- C) tem direito de estar pessoalmente presente nos atos processuais, além do interrogatório, como exercício de sua autodefesa.
- D) poderá, se o requerer, usar a palavra pelo dobro do tempo destinado aos debates, no julgamento pelo tribunal do júri.

20. Durante uma reunião de condomínio ocorrida em dezembro de 2001, um condômino caluniou o síndico do prédio, afirmando perante os circunstantes que ele havia desviado para

sua conta particular parte do saldo do condomínio. O próprio síndico, inconformado com a atitude do condômino, conduziu-o à delegacia de polícia, onde a autoridade policial lavrou termo circunstanciado, encaminhando ambos os envolvidos ao Juizado Especial Criminal. Em face dessa situação, considerando a recente entrada em vigor da Lei n.º 10.259, de 12/7/2001, que instituiu os juizados especiais cíveis e criminais da justiça federal, bem como a interpretação prevalecente que lhe tem dado a doutrina, assinale a opção correta.

- A) O delegado de polícia deveria ter instaurado inquérito policial, uma vez que o procedimento para a apuração do crime de calúnia é especial, não estando, portanto, incluído na nova definição de infração de menor potencial ofensivo.
- B) Na hipótese de haver transação penal (aplicação imediata de pena), o seu descumprimento, pelo autor do fato, autorizará, de acordo com o pensamento do STF, a conversão da pena restritiva de direito em privativa de liberdade.
- C) Realizando-se, no procedimento sumariíssimo previsto na Lei n.º 9.099/1995, audiência de instrução e julgamento, o acusado será interrogado somente após a oitiva das testemunhas de acusação e de defesa.
- D) Em audiência preliminar, o não-oferecimento de queixa contra o condômino importará no seu perdão pelo ofendido.

21. No tocante à ação penal, assinale a opção correta.

- A) Os vícios formais do inquérito policial, dada a sua natureza informativa, tornam nula a respectiva ação penal.
- B) Conforme entendimento do STF, o funcionário público atingido em sua honra, em razão da função que exerce, tem legitimidade alternativa para oferecer queixa-crime, a despeito de haver previsão legal de que a ação penal, nesse caso, é pública, condicionada à representação do ofendido.
- C) É causa de rejeição da denúncia, por ofensa ao princípio da indivisibilidade da ação, a circunstância de haver o Ministério Público formulado a imputação penal contra apenas um dos indiciados no inquérito policial.
- D) Pode o Ministério Público oferecer aditamento à denúncia, para incluir crime de ação penal privada descoberto durante a instrução criminal, desde que conexo ao crime de ação penal pública.

22. Manoel, após ingerir bebida alcoólica, desferiu, à traição, uma facada em um desafeto seu, que veio a falecer. O crime aconteceu em local ermo, onde o corpo da vítima permaneceu incógnito por algumas horas, até que o próprio autor do homicídio, que nunca havia cometido qualquer ilícito penal, demonstrando arrependimento, dirigiu-se voluntariamente à delegacia mais próxima e relatou o ocorrido. Tendo sido Manoel preso em flagrante delito, os autos do inquérito policial foram encaminhados ao Ministério Público, devidamente instruídos. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A) O promotor de justiça deverá pugnar pelo relaxamento da prisão em flagrante e, se entender presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal (CPP), requerer ao juiz a decretação da prisão preventiva de Manoel.
- B) Eventual relaxamento da prisão do acusado e sua conseqüente soltura, por entender o juiz não haver qualquer motivo para a prisão preventiva, permitirá ao acusado responder solto ao processo somente até a sentença condenatória, já que a lei, cuidando-se de crime hediondo, não permite ao juiz manter a liberdade provisória do réu, para apelar.
- C) Se Manoel tiver servido como jurado no Tribunal do Júri de Brasília, ele poderá cumprir a pena a que for condenado em regime de prisão especial.
- D) Poderá o juiz competente, diante do gesto de Manoel, arbitrar-lhe fiança, ficando ciente o acusado de que poderá a contracautela ser quebrada se deixar de comparecer a algum ato processual ou mudar de endereço sem prévia permissão da autoridade processante.

23. Um indivíduo foi processado, defendeu-se e foi condenado a dois anos de reclusão, pela prática de crime de receptação dolosa, cometida quando era menor de 21 anos de idade. Somente a defesa interpôs apelação, postulando, exclusivamente, sua absolvição. Nesse caso, no julgamento do recurso, o tribunal de justiça poderá, aplicando corretamente o direito à espécie,

- A) desclassificar a conduta do indivíduo para receptação culposa, condenando-o à pena mínima, por entender que ele não tinha ciência da origem criminosa da coisa adquirida.
- B) anular o processo pelo fato de não haver sido o Ministério Público intimado da juntada do laudo de avaliação econômica do bem receptado, no início da instrução criminal, ofendendo-se, assim, o contraditório.
- C) anular o processo, tendo em vista que não constou, do mandado de citação do réu, a transcrição da denúncia contra ele oferecida.
- D) declarar, em preliminar, extinta a punibilidade, em face do reconhecimento de prescrição retroativa da pena concretizada na sentença, prolatada três anos após o recebimento da denúncia.

24. No conflito entre o direito à prova e a busca da verdade real, existem normas-dispositivo e normas-princípio que regulam a atividade das partes. A esse respeito, assinale a opção correta.

- A) Já decidiu o STF que não deve haver anulação do processo em que se produziu prova ilícita, se outros elementos de convicção, por si mesmos, forem suficientes para respaldar a condenação do réu.
- B) É ilícito o uso processual do conteúdo das gravações feitas por familiares da vítima do crime de extorsão mediante seqüestro, sem autorização judicial.
- C) Em virtude do princípio da proporcionalidade, é válida a apreensão, por mandado judicial, regularmente expedido pela autoridade judicial competente, do produto do crime de roubo, mesmo se, para a localização dessa *res furtiva*, a polícia tiver empregado tortura contra o suspeito.
- D) É ilegal a busca e apreensão, sem mandado judicial, realizada em automóvel conduzido por pessoa sobre quem pesem fundadas suspeitas de estar na posse de objetos que constituam corpo de delito.

25. Um policial militar cometeu estupro quando estava de folga, nas imediações de um centro comercial, onde foi preso em flagrante e reconhecido pela vítima. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A) O policial deverá responder por crime militar, dada a natureza do crime e a condição pessoal do agente.
- B) A citação do policial, de acordo com entendimento predominante na jurisprudência, poderá ser realizada por simples requisição e comparecimento ao juízo processante.
- C) Se, após seu interrogatório, o policial fugir, o processo deverá ser suspenso, até que ele compareça novamente ou constitua advogado.
- D) Em caso de não-comparecimento do policial a ato processual que exija sua presença, haverá automática decretação de sua prisão preventiva.

26. Assinale a opção correta, em relação à execução penal.

- A) Pode ser decretada a regressão de regime, por prática de falta grave, mediante relatório circunstanciado do diretor do presídio, em procedimento de cunho inquisitorial.
- B) Compete ao diretor do estabelecimento prisional autorizar a progressão de regime de pena do preso, *ad referendum* do juiz das execuções penais.
- C) Havendo condenação, com trânsito em julgado, por mais de um crime, em processos distintos que correram perante o mesmo juiz, a unificação das penas do preso há de ser feita pelo juízo das execuções penais.
- D) O recurso de agravo, adequado para impugnar decisões do juiz da execução, tem efeito suspensivo.

27. O membro do Ministério Público, no exercício de suas atribuições de natureza criminal, **não** pode

- A) requisitar informações e documentos a entidades privadas e a autoridades da administração pública.

- B) argüir nulidade, impetrar *habeas corpus*, interpor recurso e pedir absolvição a favor do réu, em nome da correta aplicação da lei.
- C) determinar a condução coercitiva do indiciado, para ato do inquérito policial para cuja realização seja imprescindível a sua presença.
- D) ter livre acesso a quaisquer documentos relativos à atividade-fim da polícia e livre ingresso em estabelecimentos prisionais ou policiais.

28. Acerca do *habeas corpus*, assinale a opção correta.

- A) A lei determina que o Ministério Público deve emitir seu parecer sobre o caso, tanto no primeiro quanto no segundo grau de jurisdição.
- B) Na hipótese de coação imputada a promotor de justiça do Distrito Federal (DF), o *habeas corpus* deve ser julgado por uma das varas criminais da circunscrição onde se praticou o indigitado ato ilegal.
- C) Tanto da concessão quanto da denegação do *habeas corpus* pelo juiz de direito, cabe recurso em sentido estrito.
- D) É vedado ao tribunal, em recurso interposto exclusivamente pelo Ministério Público para agravar a pena imposta ao réu, conceder *habeas corpus*, de ofício, para trancar a ação penal.

29. Com referência à suspensão condicional do processo, assinale a opção correta.

- A) Aplica-se, em tese, para todo e qualquer crime, desde que a pena máxima cominada não ultrapasse um ano de detenção.
- B) O prazo de efetiva suspensão do processo, para autores de crimes ambientais, pode ultrapassar quatro anos.
- C) Havendo concurso formal de crimes, tem prevalecido o entendimento jurisprudencial de que as penas de cada um deles deve ser considerada de forma isolada, para fins de verificação do cabimento do benefício em foco.
- D) A prévia reparação do dano causado à vítima é condição para a concessão da suspensão.

30. Durante o inquérito policial,

- A) será determinada a identificação criminal do autuado por crime de homicídio doloso, mesmo se já civilmente identificado.
- B) poderá ser decretada, pela autoridade judiciária, a incomunicabilidade do indiciado, por até três dias, período em que ele não poderá entrevistar-se com familiares nem com seu advogado constituído.
- C) o juiz poderá decretar, de ofício, a prisão temporária do indiciado, por dez dias, desde que isso seja imprescindível para as investigações policiais.
- D) poderá ser decretada, pelo juiz competente, a interceptação das comunicações telefônicas da pessoa investigada sobre a qual recaiam fundados indícios de participação no crime previsto no art. 10, *caput*, da Lei n.º 9.437/1997 (porte ilegal de arma de fogo), punido com pena de detenção de um a dois anos.

31. Entre os princípios relativos ao sistema das nulidades no processo penal, **não** se inclui o princípio do(a)

- A) interesse.
- B) efetividade.
- C) causalidade.
- D) convalidação.

32. Mediante violência real, um adolescente cometeu, no DF, ato infracional, tendo sido flagrado e apreendido pela polícia. Em face dessa situação, assinale a opção **incorreta**.

- A) O adolescente deverá ser conduzido à unidade policial especializada, na presença da autoridade, que lavrará auto de apreensão.
- B) O Ministério Público, ouvindo informalmente o adolescente infrator, tem autorização legal para conceder-lhe remissão.
- C) O procedimento para a aplicação de medida socioeducativa ao adolescente inicia-se por representação.

D) Permanecendo o adolescente provisoriamente internado, o prazo para a conclusão do procedimento será de 45 dias, prorrogável, uma vez, por igual período.

33. Assinale a opção **incorreta** a respeito dos recursos no processo penal.

- A) O defensor público não é obrigado a interpor recurso contra a condenação do réu por ele assistido.
- B) A apelação contra decisão prolatada pelo tribunal do júri é de fundamentação vinculada.
- C) Anulado o processo, por vício da sentença monocrática, em recurso exclusivo da defesa, não poderá a segunda sentença impor pena superior à que fora anteriormente fixada.
- D) A fuga do acusado, às vésperas do julgamento do recurso em sentido estrito interposto contra a decisão de pronúncia, implicará deserção.

34. Acerca da competência no processo penal, assinale a opção **incorreta**.

- A) Se fosse cometido um homicídio doloso pelo governador do DF, em co-autoria com seu motorista, ambos seriam julgados pelo STJ.
- B) Se os jurados, nas respostas aos quesitos, absolverem o acusado pelo crime de homicídio doloso, continuarão com competência para prosseguir na votação e julgar o crime, conexo, de estupro.
- C) Oposta exceção da verdade em ação penal por crime de calúnia, o julgamento do incidente deverá ocorrer no tribunal onde o excepto possui foro por prerrogativa de função.
- D) Há continência por cumulação objetiva nos casos de infrações com unidade de conduta, nas modalidades do art. 70 (concurso formal), art. 73, segunda parte (concurso formal na *aberratio ictus*), e art. 74, segunda parte (concurso formal na *aberratio delicti*), todos do CP.

35. Assinale a opção **incorreta**.

- A) Princípio da presunção de inocência e princípio da presunção de não-culpabilidade são expressões usadas com igual denotação pelas Constituições de inúmeros países.
- B) Tem sido admitida, na jurisprudência pátria, a invocação do princípio da razoabilidade para justificar pequeno excesso de prazo, não causado pela defesa, para a conclusão dos atos processuais.
- C) Sobre o interrogatório do réu a lei processual penal não admite o contraditório das partes.
- D) A adoção dos princípios que integram a oralidade importa na eliminação dos atos escritos.

36. Acerca de revisão criminal, assinale a opção **incorreta**.

- A) Prevalece o entendimento de que é possível o julgamento *extra petita* favorável ao réu.
- B) O pedido revisional pode ser feito a qualquer tempo, mesmo após a morte do réu.
- C) A revisão criminal deve ser julgada pelo tribunal com jurisdição imediatamente superior ao que decidiu o caso, no julgamento de recurso de natureza ordinária.
- D) Aplica-se, no julgamento de revisão criminal, o efeito extensivo inerente aos recursos criminais.

37. Julgue os itens a seguir.

I O movimento jurídico conhecido, entre outras denominações, como Livre Indagação do Direito, surgido ao final do século XIX, embora tenha gerado vertentes diversas, propugnava, de um modo geral, uma atuação mais dinâmica e criadora do juiz.

II A doação é, em regra, negócio jurídico formal, exigindo escritura pública ou instrumento particular.

III O Código Civil classifica os atos jurídicos (*lato sensu*) em atos jurídicos (*stricto sensu*), negócios jurídicos e atos ilícitos.

IV O possuidor de má-fé tem direito a ser indenizado das benfeitorias úteis e necessárias realizadas por ele.

Estão certos apenas os itens

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.

D) III e IV.

38. Julgue os itens abaixo conforme disciplina do Código Civil.

I A possibilidade de interdição do pródigo justifica-se para proteger os interesses do seu cônjuge, ascendentes e descendentes, tanto é que a interdição deve ser levantada se esses parentes vierem a falecer.

II Tanto as condições fisicamente impossíveis quanto as juridicamente impossíveis invalidam os atos a elas subordinados.

III O mútuo, contrato unilateral, pode ser gratuito ou oneroso.

IV Para a análise da coação, como vício do ato jurídico, adota-se o critério do homem médio.

A quantidade de itens certos é igual a

A) 1.

B) 2.

C) 3.

D) 4.

39. Julgue os itens subseqüentes conforme disciplina da Lei n.º 8.078/1990 (Código Brasileiro de Defesa do Consumidor).

I A publicidade de produtos e serviços deve assegurar informações corretas, claras, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

II O consumidor pode desistir de qualquer compra, desde que o faça no prazo de sete dias, a contar da assinatura do contrato ou do ato de recebimento do produto.

III O prazo decadencial para reclamar pelos vícios aparentes dos produtos pode ser suspenso.

IV A cláusula de não indenizar é nula; a indenização, todavia, pode ser limitada quando o consumidor for pessoa jurídica, em situações justificáveis.

Estão certos apenas os itens

A) I e II.

B) I e III.

C) II e III.

D) III e IV.

40. Julgue os itens a seguir.

I De acordo com a Lei de Registros Públicos, o prenome, em regra, é imutável, mas pode ser alterado em caso de erros gráficos, quando expuser a pessoa ao ridículo ou em virtude de substituição por apelidos públicos notórios.

II O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor conferiu especial atenção à oferta, publicitária ou não, de produtos e serviços; a oferta verbal prevalece em relação ao contrato escrito posterior, se suficientemente precisa e mais vantajosa para o consumidor.

III O reconhecimento dos direitos da personalidade sofreu influência do cristianismo e sua idéia de dignidade do homem.

IV O STJ possui entendimento sumulado no sentido de que a pessoa jurídica pode sofrer dano moral.

A quantidade de itens certos é igual a

A) 1.

B) 2.

C) 3.

D) 4.

41. Rodrigo e Patrícia, casados sob o regime da comunhão universal de bens, sofreram acidente fatal de automóvel, vindo Patrícia a falecer no local e Rodrigo, horas mais tarde, no hospital. O casal não tinha filhos e tampouco ascendentes vivos. Os parentes mais próximos dos falecidos são Oscar, irmão de Patrícia, e Natália, irmã de Rodrigo, e, ainda, Frederico e Felipe, filhos de Carlos, irmão já falecido de Rodrigo. Diante dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- I Todo o patrimônio pertencente a Patrícia cabe, por sucessão, a Oscar.
- II Felipe e Frederico, filhos de Carlos, nada herdarão, pois, na linha colateral, não se herda por estirpe.
- III Oscar nada herdará, pois Rodrigo sucedeu a Patrícia.
- IV Ao final, caberá a Natália 50% dos bens deixados por Rodrigo, e a Felipe e Frederico, para cada um, 25%, totalizando a quota que caberia a Carlos.

Estão certos apenas os itens

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

42. Julgue os itens a seguir.

- I A falência e a concordata transferem a administração da sociedade para o síndico e o comissário, respectivamente.
- II Entende-se por especialização da hipoteca a indicação, no respectivo instrumento, de dados referentes a coisa dada em garantia, bem como à obrigação principal.
- III A Lei de Introdução ao Código Civil veda que as normas jurídicas tenham efeito repristinatório.
- IV A doação pura é negócio jurídico bilateral.

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

43. Julgue os itens abaixo.

- I Os imóveis pertencentes ao tutelado só podem ser vendidos em hasta pública, mediante autorização judicial, e quando houver manifesta vantagem para o incapaz.
- II Se um convidado de uma festa de aniversário sofrer lesões físicas, decorrentes de explosão de garrafa de cerveja por defeito de fabricação, ele poderá invocar a disciplina da responsabilidade civil do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor em seu favor.
- III Em relação à disciplina dos vícios redibitórios do Código Civil, o vendedor só está obrigado a devolver o valor recebido se tinha conhecimento do vício.
- IV O ordenamento jurídico brasileiro veda, em tema de integração do ordenamento jurídico, o *non liquet*.

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

44. Julgue os itens subsequentes.

I As debêntures conferem ao titular direito de crédito em relação à sociedade anônima emissora; denomina-se debênture perpétua aquela cujo vencimento somente se dá nos casos de inadimplemento da obrigação de pagar juros, dissolução da companhia ou de outras

condições previstas no título.

II O direito à retificação de informações inexatas registradas em bancos de dados de proteção ao crédito pode ser exercido extrajudicialmente, seja a entidade pública ou privada; todavia a

impetração do *habeas data* para o mesmo fim só será possível se a entidade que administra o banco de dados for órgão estatal.

III Os direitos da personalidade são considerados absolutos porque oponíveis *erga omnes*.

IV A doação inoficiosa é aquela realizada sem a observância da forma exigida por lei.

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

45. Julgue os itens abaixo.

I Em face da disciplina específica do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), só o Ministério Público possui legitimidade para a defesa judicial dos interesses coletivos e difusos das crianças e dos adolescentes.

II A máxima latina *in claris cessat interpretatio* é amplamente aceita pela doutrina como diretriz hermenêutica.

III As plantações e construções são espécies de acessão.

IV A guarda obriga à prestação de assistência moral, material e educacional à criança ou ao adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

46. Assinale a opção correta.

A) O inquérito civil, procedimento investigatório próprio de todos os órgãos estatais legitimados para a propositura de ação civil pública, é prescindível para iniciar o processo quando, por outros meios, houver indicativos de violação a interesses coletivos (*lato sensu*).

B) Os avós paternos e maternos são solidariamente responsáveis pela prestação de alimentos aos netos que deles necessitarem.

C) Conforme disciplina do ECA, o deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do pátrio poder e implica necessariamente o dever de guarda.

D) De acordo com os seguidores da Escola da Exegese, o intérprete possui ampla liberdade para definir o sentido e alcance das normas jurídicas.

47. Assinale a opção correta.

A) Considerando que a Constituição da República de 1988 passou a conceder especial proteção às uniões estáveis, as disposições da n.º Lei 9.278/1976, que instituiu o condomínio em partes iguais para os bens na constância da união estável, aplicam-se a todas uniões constituídas a partir da promulgação da Lei Fundamental.

B) O estatuto da fundação precisa, a par de revestir-se da forma de escritura pública, ser aprovado pelo Ministério Público.

- C) A lei que disciplina as sociedades por quotas de responsabilidade limitada veda a responsabilidade pessoal dos sócios pelas obrigações contraídas em nome da pessoa jurídica; o patrimônio dos sócios responde unicamente pela obrigação de integralizar o capital subscrito.
- D) O dever de indenizar decorrente da prática de ilícito relativo de pessoa que vem a falecer é transferido aos herdeiros até o limite da herança.

48. Julgue os itens que se seguem.

- I As sociedades comerciais irregulares ou de fato não se sujeitam à falência, porque os sócios, pessoas físicas, são inteiramente responsáveis pelas obrigações sociais.
- II O empréstimo de dinheiro, conforme disciplina do Código Civil, é contrato real.
- III O STJ, ao assumir, a partir da Constituição da República de 1988, a antiga incumbência do STF de uniformizar a aplicação do direito infraconstitucional, tem-se posicionado, na mesma linha da Suprema Corte, no sentido de que o ordenamento jurídico veda o anatocismo, inclusive em relação às instituições financeiras.
- IV Ao contrário da Teoria da Imprevisão, o Código Brasileiro de Defesa do Consumidor não exige, para a realização da revisão dos contratos de execução continuada ou diferida, que os fatos sejam imprevisíveis e que apresentem extrema vantagem para uma das partes.

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 1.  
B) 2.  
C) 3.  
D) 4.

49. Assinale a opção **incorreta**.

- A) A ação revocatória, ajuizada pelo síndico ou pelo credor, tramita perante o juízo falimentar e pode ter por objetivo a declaração de ineficácia ou a revogação de atos praticados antes da falência.
- B) Nas doações onerosas, salvo disposição em contrário do doador, o encargo não possui o caráter de condição suspensiva.
- C) Os parentes em linhas retas ascendente e descendente não podem ser afastados da sucessão.
- D) O mútuo, empréstimo de coisa fungível, transfere o domínio da coisa emprestada ao mutuário, por cuja conta correm todos os riscos dela desde a tradição.

50. Julgue os itens a seguir.

- I Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação de danos decorrentes dos acidentes de consumo.
- II Pelo princípio da *saisine*, acolhido pelo Código Civil, a posse e propriedade da herança transmite-se aos herdeiros no instante da morte do *de cujus*.
- III Salvo convenção das partes em contrário, as obrigações são quesíveis, ou seja, o respectivo pagamento deve ser realizado no domicílio do devedor.
- IV De acordo com jurisprudência do STJ, os juros moratórios fluem a partir da citação em caso de responsabilidade extracontratual.

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 1.  
B) 2.  
C) 3.  
D) 4.

51. Assinale a opção **incorreta**.

- A) A adoção, nos termos da disciplina do ECA, pressupõe o consentimento dos pais ou do representante legal do adotando, salvo quando os pais sejam desconhecidos ou tenham sido

destituídos do pátrio poder; em se tratando de adotando maior de doze anos, será necessário também o consentimento deste.

B) A obrigação alimentar decorrente do pátrio poder cessa *ipso iure* com a maioridade do alimentando, sendo desnecessária a propositura de ação para exonerar o pai da prestação alimentícia.

C) Conforme definição do Código Civil, os fatos previsíveis não podem ser considerados caso fortuito, ou de força maior, que afastariam a responsabilidade do devedor contratante.

D) O tutor ou curador necessitam de autorização judicial para propor ações em favor do incapaz.

52. Julgue os itens que se seguem.

I A disciplina do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor concernente ao processo civil coletivo aplica-se, em princípio, a todas espécies de interesses coletivos (*lato sensu*), tais como a defesa do meio ambiente, do patrimônio público e da ordem urbanística.

II Não pode haver cobrança de juros em empréstimo de dinheiro entre particulares; além de ilícito civil, o fato, em tese, pode caracterizar o crime de usura pecuniária, conhecido, vulgarmente, como agiotagem.

III A ação pauliana é meio próprio para anular venda feita em fraude à execução.

IV A responsabilidade civil pelo fato do serviço dos profissionais liberais pressupõe a existência de culpa.

A quantidade de itens certos é igual a

A) 1.

B) 2.

C) 3.

D) 4.

53. Julgue os itens subseqüentes.

I Podem ser objeto de usucapião tanto os bens móveis quanto os imóveis; em relação aos imóveis, a Constituição de 1988 apresentou inovação — o usucapião especial urbano —, ao prever a possibilidade de aquisição do imóvel por aquele que possuir, como sua, área urbana de, no máximo, 250 m<sup>2</sup>, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

II A introdução de criança ou adolescente em família substituta estrangeira é feita, observadas as devidas cautelas, por meio de adoção, tutela ou guarda.

III O Ministério Público não tem legitimidade para requerer a perda ou suspensão do pátrio poder quando a criança ou o adolescente possuírem avós paternos ou maternos.

IV O mútuo feneratício é caracterizado pela cobrança capitalizada de juros.

A quantidade de itens certos é igual a

A) 1.

B) 2.

C) 3.

D) 4.

54. Assinale a opção correta.

A) De acordo com a disciplina do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor conferida à proteção contratual, a nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida todo o contrato, exceto quando da sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo para o consumidor ou para o fornecedor.

B) As exceções da *vis attractiva* do juízo falimentar incluem as ações trabalhistas, os executivos fiscais e todas as demais causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes.

- C) Quem age em estado de necessidade pratica ato lícito, não tendo, portanto, dever de indenizar a pessoa que sofreu dano.
- D) A condenação, nas sentenças proferidas em ações civis públicas que objetivem a tutela de interesse difuso, é necessariamente genérica, devendo apenas fixar a responsabilidade do réu pelos danos causados; a execução e a liquidação do valor devido poderão, em uma segunda fase do processo, ser promovidas individualmente pelos próprios lesados.

55. Julgue os seguintes itens.

- I A sentença de mérito pode ser objeto de ação rescisória em virtude de violação de norma processual.
- II O Ministério Público exercerá a representação legal do menor que não tiver representante legal, ou se os interesses deste colidirem com os daquele.
- III Se o réu requerer sua exclusão do processo, indicando outras pessoas, a seu ver responsáveis únicas perante o autor, não poderá o juiz, ao apreciar tal requerimento, determinar a denúncia da lide aos terceiros mencionados, providência diversa da requerida e insuscetível de ser ordenada de ofício, sob pena de violação ao princípio do dispositivo.
- IV Em todas as ações movidas contra a fazenda pública, é obrigatória a intervenção do Ministério Público, que atuará na defesa da pessoa jurídica de direito público.

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

56. Em relação à competência, julgue os itens que se seguem.

- I As causas em que são partes estados e municípios só serão processadas e julgadas na vara especializada da fazenda pública se o foro competente para a causa for o da capital do estado ou se na comarca houver juízo especial para a fazenda pública; caso contrário, o processo correrá no juízo cível do foro competente segundo as regras de processo.
- II A organização judiciária poderá dar a mais de um juiz competência para funcionar em um mesmo processo, sendo, portanto, lícito estabelecer-se que um juiz haja de presidir a instrução e outro, de dar a sentença.
- III Se o juiz da 1.<sup>a</sup> Vara Cível reconhecer seu impedimento ou sua suspeição para atuar no processo, deverá, mesmo sem provocação da parte, remeter os autos para redistribuição a outra vara cível, que passará a ser competente para processar o feito.
- IV Preclui para a parte o direito de alegar a suspeição do juiz, se esta não o fizer no prazo legal, ao passo que o impedimento do juiz pode ser alegado pela parte a qualquer tempo, ensejando, inclusive, ação rescisória se a sentença for proferida por juiz impedido.

Estão certos apenas os itens

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

57. Ainda acerca da competência, assinale a opção **incorreta**.

- A) No mandado de segurança, a competência é definida em função da matéria consubstanciada no ato coator que o impetrante pretende anular e não *ratione personae* ou *ratione muneris*.
- B) A ação cautelar previne a competência do juízo para a ação principal, ainda que a medida liminar haja caducado.
- C) A eleição gera foro concorrente ao do domicílio, mas não prevalece sobre o da situação do imóvel.

D) Ação reivindicatória proposta contra a Caixa Econômica Federal não se sujeita à regra do *forum rei sitae*, porque se trata de competência da justiça federal, que prevalece sobre qualquer outra regra de competência estabelecida em lei.

58. Julgue os itens a seguir.

I O Ministério Público pode opor exceção de incompetência por não haver o marido ajuizado a ação de divórcio no foro da residência da mulher, pois, no caso, tratando-se de foro especial, a competência é regulada por norma cogente.

II Ação de reparação de dano em virtude de acidente de veículo é hipótese de competência concorrente: a demanda poderá ser ajuizada no domicílio do autor ou no local do fato, podendo o autor, ainda, se quiser, propor a demanda no domicílio do réu, não advindo daí vício relativo à incompetência do juízo.

III Compete ao juiz estadual, nas comarcas que não sejam sede de vara da justiça federal, processar e julgar ação civil pública, ainda que a União figure no processo.

IV A competência da justiça federal, fixada na Constituição da República, prevalece sobre as regras do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, ainda que as normas sejam havidas como disciplinadoras de competência absoluta.

Estão certos apenas os itens

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- E) III e IV.

59. Carlos propôs ação de divórcio em face de Maria, afirmando que as partes estavam separadas há mais de quatro anos, que Maria teve conduta desonrosa e que violou gravemente os deveres conjugais, tornando insuportável a vida em comum. A ré contestou e reconveio, postulando a decretação do divórcio por culpa do marido, havendo o juiz indeferido a reconvenção, entendendo faltar interesse processual à reconvincente, que interpôs agravo retido. Produzidas as provas, o juiz sentenciou, decretando o divórcio com fundamento exclusivo na separação de fato, pelo prazo legal, assegurando à mulher o direito a alimentos e à faculdade de conservar o nome de casada. Condenou a ré nas custas processuais e nos honorários de advogado fixados em 10% do valor da causa. O autor apelou, pleiteando que o divórcio fosse decretado com base na culpa da ré, a fim de que esta perdesse o direito a alimentos e ao nome de casada. Nas contra-razões, a apelada reiterou o agravo retido, para que fosse apreciado, caso fosse provido o apelo do autor.

Acerca da situação hipotética acima, assinale a opção **incorreta**.

- A) Cada um dos fatos alegados por Carlos para fundamentar o pedido de divórcio — separação de fato por quatro anos, conduta desonrosa da mulher e violação dos deveres conjugais — constitui uma *causa petendi* própria, sendo cada um deles causa suficiente e autônoma a embasar o pedido do autor.
- B) O agravo é o recurso próprio contra o indeferimento liminar da reconvenção, apesar de a decisão equivaler, em sua natureza, à sentença que põe fim ao processo sem julgamento de mérito.
- C) Maria deveria interpor recurso adesivo para que o agravo retido pudesse ser conhecido pelo tribunal como preliminar de apelação, em vez de reiterá-lo nas contra-razões de recurso.
- D) O juiz agiu acertadamente ao indeferir de plano a reconvenção, já que o divórcio somente pode ser concedido com base em separação de fato, sendo irrelevante a alegação de culpa de qualquer das partes.

60. A, habilitado na falência de B, da qual é credor hipotecário, tendo sido deferida concordata suspensiva, por decisão transitada em julgado, requereu a venda em hasta pública do imóvel a ele hipotecado, como garantia do seu crédito. Ouvido o Ministério Público, o juiz indeferiu o pedido e determinou que o credor hipotecário aguardasse a oportunidade para promover a execução. Em face da situação apresentada, julgue os itens subseqüentes.

I Ao credor hipotecário cabe, uma vez passada em julgado a sentença concessiva da concordata, instaurar, ato contínuo, processo de execução em face do devedor, no curso do qual poderá o bem hipotecado ser levado a licitação pública.

II Deferida a concordata suspensiva, suspende-se a execução coletiva, daí porque não é lícito ao credor hipotecário praticar ali atos executivos como a alienação de bens em hasta pública, a não ser após rescindida a concordata, com a conseqüente reabertura da falência.

III A concordata suspensiva só obriga os credores quirografários, sem afetar a posição do credor hipotecário, que não está, portanto, obrigado a mover processo de execução contra o devedor, o que o colocaria em situação mais desfavorável que os próprios credores quirografários que serão pagos na forma do art. 183, parágrafo único, III, da Lei de Falências.

IV Transitada em julgado a sentença concessiva da concordata, os bens arrecadados são entregues ao concordatário, que readquire em relação a eles a faculdade de disposição, com as restrições previstas na Lei de Quebra.

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

61. Instaurado processo de execução entre C e D, fundado em títulos extrajudiciais (notas promissórias), as partes celebraram transação, concretizada sob a forma de petição dirigida ao juízo, subscrita pelo advogado do credor e pelas partes, ali se pactuando o parcelamento do débito, a ser liquidado em doze prestações. O juiz homologou o acordo por sentença irrecorrida. Após o pagamento de quatro prestações, D deixou de efetuar o pagamento, levando o credor a requerer o prosseguimento da execução pelo saldo, efetuando-se a penhora de bens do devedor. D ofereceu embargos, alegando que o acordo seria inválido porque, estando desassistida por seu advogado, não fora advertida de que poderia opor embargos à execução. Assim, sua declaração de vontade emanara de erro substancial: o desconhecimento de seu direito à defesa no processo de execução que lhe havia sido proposto inicialmente. O juiz rejeitou os embargos, havendo D interposto recurso da sentença. Em face da situação apresentada, julgue os itens seguintes.

I Somente se a transação houvesse sido previamente anulada, a matéria poderia ser alegada nos embargos do devedor.

II Os embargos do devedor, na hipótese, não são admissíveis para obter a anulação de transação, somente sendo cabíveis aqueles pelos fundamentos taxativamente previstos no Código de Processo Civil (CPC).

III A sentença homologatória da transação pode ser rescindida por ação rescisória, no prazo de dois anos de seu trânsito em julgado.

IV A hipótese trata de execução de título extrajudicial porque fundada originariamente em títulos extrajudiciais, não perdendo essa condição em razão da transação efetivada pelas partes e devidamente homologada pelo juiz.

V A alegação de erro feita por D — desconhecimento de que lhe era dado defender-se da execução — constitui erro de direito, não podendo ser alegada como causa de anulabilidade da transação.

Estão certos apenas os itens

- A) I, II e V.
- B) I, III e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e IV.

62. Funcionários públicos estaduais demitidos ingressaram com ação contra o estado de São Paulo, pleiteando reintegração ao cargo. A sentença julgou a ação procedente. O estado recorreu e o tribunal, em julgamento ocorrido em 20/10/1990, rejeitou, por maioria, preliminar

de prescrição e, no mérito, negou provimento ao recurso, por unanimidade, acolhendo o pedido dos autores. O resultado da decisão do julgamento foi publicado no DJ de 21/10/1990 e o acórdão foi publicado em 3/3/1991. Contra a parte não-unânime, foram interpostos embargos infringentes (EI), não-providos, conforme decisão publicada em 4/8/1991, havendo o acórdão sido publicado em 3/9/1991. Diante da situação acima, e considerando que todos os dias indicados, e os que lhes seguem, são úteis, julgue os itens abaixo.

I O *dies a quo* do prazo para interposição dos EI era o dia da publicação do acórdão, 3/3/1991, e não o dia da publicação do resultado do julgamento, 21/10/1990.

II O prazo para a interposição de ação rescisória da parte da decisão que acolheu o pedido de reintegração dos funcionários ao cargo do qual haviam sido demitidos extinguiu-se em 2/4/1993.

III Na hipótese em exame, não tendo sido interpostos RE ou Resp da parte unânime da decisão, ficou o estado impedido de propor ação rescisória da matéria, pois não esgotou as instâncias, interpondo todos os recursos cabíveis na espécie.

IV Após o trânsito em julgado da decisão que julgou os embargos infringentes, rejeitando a prescrição, era cabível nova ação rescisória, ainda que a matéria dissesse respeito à questão preliminar de mérito.

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

63. Na última década, importantes inovações foram introduzidas no CPC, modificando a feição do direito processual brasileiro, podendo-se destacar, entre elas, a adoção dos institutos de antecipação de tutela, a tutela específica nas obrigações de fazer e não fazer e a ação monitória. Em relação às inovações mencionadas, julgue os itens seguintes.

I O poder geral de cautela do juiz autoriza-o a conceder a antecipação de tutela independentemente de requerimento da parte.

II Não será concedida a tutela antecipada se a causa envolver direitos não-patrimoniais.

III Admite-se que o juiz conceda tutela antecipada ao prolatar a sentença definitiva.

IV Constitui abrandamento da regra *ne procedat iudex ex officio* a possibilidade de o juiz impor multa diária ao réu, independentemente de pedido da parte, nas ações que versem direito do consumidor e também nas obrigações de fazer ou não fazer, para assegurar o cumprimento da tutela que haja concedido.

V Concedida a tutela, e para que esta seja efetivada, deverá a parte promover a execução provisória da decisão, citando a parte contrária, que poderá opor embargos do executado.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas os itens III e IV estão certos.
- B) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C) Apenas os itens I, IV e V estão certos.
- D) Todos os itens estão certos.

64. João trabalhava em construção e caiu de uma rampa feita com madeira podre, vindo a machucar-se gravemente, perdendo o dedo mínimo da mão direita, que teve de ser amputado. Ingressou com ação acidentária contra o INSS, pleiteando o benefício a que entendia fazer jus, e ação por danos materiais e morais contra o empregador. Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A) A ação contra o empregador é de direito comum, com fundamento no art. 159 do Código Civil, sendo devida a indenização se comprovada a culpa do empregador.
- B) A ação acidentária proposta contra o INSS deve tramitar na justiça federal, porque o demandado é autarquia federal.

C) É competente o juízo da vara cível para julgar a ação de danos morais e materiais proposta contra o empregador, em virtude de acidente do trabalho, pois a demanda não é acidentária em sentido estrito.

D) O empregador responde por danos causados ao empregado com base em responsabilidade objetiva, bastando que se comprove o nexo entre o acidente e o dano e que não houve culpa exclusiva da vítima.

65. Sabendo que o sistema brasileiro admite a declaração de inconstitucionalidade de lei em controle direto e incidental, julgue os itens abaixo.

I A declaração de inconstitucionalidade, pelo controle difuso, pode ser feita por juízo monocrático de primeiro grau de jurisdição.

II A declaração de inconstitucionalidade pelo controle difuso é feita incidentalmente, sempre como questão prejudicial, nunca como pedido principal.

III A declaração de inconstitucionalidade pelo controle difuso, como fundamento do pedido ou da defesa, não fica acobertada pela autoridade da coisa julgada.

IV A inconstitucionalidade da lei, pelo controle difuso, somente pode ser decretada se houver arguição da parte, ficando ao juiz vedada a apreciação da questão *ex officio*.

V O STJ, ainda que adstrito, em sede de recurso especial, ao exame da questão federal infraconstitucional, pode examinar *incidenter tantum* a constitucionalidade da norma aplicada.

A quantidade de itens certos é igual a

A) 1.

B) 2.

C) 3.

D) 4.

66. Considerando que determinada ação tramite perante juízo absolutamente incompetente, assinale a opção **incorreta**.

A) Não ocorrerá a litispendência se outra ação idêntica for ajuizada, mesmo após a citação do réu no processo anterior.

B) Se o juiz vier a sentenciar o feito, a sentença será nula e poderá ser cassada pelo Tribunal no julgamento de apelação ou em reexame obrigatório, ainda que nenhuma das partes alegue a nulidade.

C) A sentença proferida por juízo incompetente, após o trânsito em julgado, poderá ser objeto de rescisória, dentro de dois anos, contados da data do trânsito em julgado, mas, enquanto não for rescindida, opera todos os seus efeitos; decorrido o prazo sem que tenha sido objeto de rescisória, o vício se convalidará, passando a sentença a ter validade e eficácia, para todos os efeitos.

D) Proposta a execução da sentença proferida por juiz incompetente, o executado poderá, nos embargos do devedor, alegar a nulidade da sentença por incompetência do juízo que a prolatou.

67. Quanto à intervenção de terceiros, julgue os itens subseqüentes.

I O direito de ressarcimento de prejuízos decorrentes de evicção por vício de origem de veículo dá-se tão-somente em relação ao evicto e àquele que lhe vendeu o bem, podendo este denunciar a lide aos seus antecessores garantes na cadeia dominial atinente, sendo inadmissível, porém, a denúncia do DETRAN por ter expedido certidão negativa de furto, não estando este obrigado, por lei ou contrato, a garantir o resultado da demanda.

II Havendo denúncia da lide pelo réu, não é lícito ao juiz, proferindo sentença pelo acolhimento total do pedido, condenar o denunciado a ressarcir diretamente o autor no valor pleiteado na inicial.

III Não cabe denúncia da lide em embargos do devedor opostos na execução, para que se examine o direito regressivo do embargante em relação ao litisdenunciado.

IV Ao Ministério Público, quando ingressa em processo alheio tão-somente em razão da presença de incapaz em um dos pólos da demanda, é vedado officiar em favor da parte contrária ao incapaz.

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

68. Álvaro, diante da recusa de Márcio em receber o pagamento de prestação devida em razão de contrato entre ambos, propôs contra o credor ação de consignação em pagamento da importância da qual se considerava devedor. O réu contestou a ação, alegando, preliminarmente, que era incabível a consignação, pois o autor estava em mora, e que a quantia ofertada era inferior àquela prevista no contrato, pois estava em desacordo com cláusula que previa expressamente a forma de incidência de juros e de taxa de variação cambial para o reajuste da prestação. Não poderia, assim, a discussão acerca da validade da cláusula contratual — suscitada pelo autor — ser objeto de exame na consignatória, por ser esta ação de cognição sumária. Após a contestação, o credor ajuizou execução da prestação em atraso, fundada no contrato firmado entre as partes, havendo o juiz determinado a suspensão da execução até o julgamento da consignatória. Em face dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

I A divergência das partes na interpretação de cláusula contratual relativa ao reajuste da prestação não exclui, por si só, o cabimento da ação de consignação em pagamento. Compete ao órgão judicial fixar o entendimento correto e julgar procedente ou improcedente o pedido, conforme seja bastante ou não o depósito.

II O juiz agiu equivocadamente ao determinar a suspensão da execução, pois a propositura da ação de consignação não obsta a que o credor, de posse de título executivo, proponha contra o devedor execução daquela mesma dívida, inexistindo litispendência na hipótese.

III A natureza jurídica da consignatória é de "execução às avessas", porque proposta pelo devedor, daí porque a defesa do credor não é feita por contestação mas por embargos, esgotando-se a cognição do juiz na questão relativa ao valor da prestação e à recusa do credor.

IV Poderia o devedor, em vez de propor ação judicial, efetuar o depósito em favor do credor em conta com correção monetária em agência bancária, sem que necessitasse obter alvará judicial autorizando o depósito, o qual, uma vez não-recusado pelo credor, importaria em liberação do devedor da obrigação.

V Se, na consignação, o juiz decidir que o valor do depósito é suficiente, porque nula a cláusula que previa a incidência de reajuste com base na variação cambial, julgando procedente a ação, pode o credor ajuizar ação ordinária para receber a diferença a que entende fazer jus, não podendo o devedor alegar coisa julgada, já que os pedidos das ações não são idênticos.

Estão certos apenas os itens

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) II, IV e V.
- D) III, IV e V.

69. Julgue os itens abaixo.

I Se a execução tem por título acórdão transitado em julgado, não perde o caráter de definitiva pela interposição de recurso contra a sentença que julga improcedentes os embargos opostos pelo devedor. Descabida, portanto, a exigência de prestação de caução, como pressuposto do levantamento de depósito em dinheiro feito pelo executado para garantir o juízo.

II Na jurisdição voluntária, a atividade do juiz é, em regra, constitutiva necessária, e só tem cabimento nas hipóteses taxativamente previstas em lei.

III Nos feitos de jurisdição voluntária, o juiz tem poderes de plena investigação, podendo determinar de ofício a realização de provas, mesmo contra a vontade dos interessados, já que ali os procedimentos são informados pelo princípio do inquisitório.

IV O dissenso entre os interessados não desqualifica a jurisdição voluntária como tal.

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

70. A partir de 1994, o direito processual civil brasileiro tem sido alvo de inúmeras modificações. Nesse sentido, as tendências atuais do processo civil **não** incluem o

- A) fortalecimento das regras de direito material pela tutela específica e o aumento da mandamentabilidade das sentenças.
- B) fortalecimento da garantia do duplo grau de jurisdição.
- C) esvaziamento do princípio da identidade física do juiz.
- D) retorno das cautelares à sua função de estrita instrumentalidade, abandonada a prática de utilização das chamadas cautelares satisfativas.

71. Em relação a recursos, assinale a opção correta.

- A) O não-reconhecimento de natureza recursal à remessa obrigatória das sentenças proferidas contra a fazenda pública traz duas importantes implicações práticas: não se lhe aplica o princípio da proibição da *reformatio in pejus* e não cabem embargos infringentes da decisão proferida em reexame necessário, se não houver sido oposta apelação voluntária da fazenda.
- B) Se o juiz reconhecer, em relação a um dos autores, a prescrição do direito de ação, proferindo decisão de mérito (art. 269, IV), excluindo-o do feito, e o processo prosseguir em relação aos demais autores, o recurso cabível é o de agravo, podendo a decisão interlocutória, nessa hipótese, ser objeto de rescisória.
- C) Em razão do princípio da unicidade recursal, só se admite um agravo interposto contra a mesma decisão interlocutória. Assim, se ambas as partes não se conformam com a decisão, apenas uma delas poderá agravar, devendo a outra parte, no prazo de resposta, aderir ao recurso principal.
- D) Aos recursos especial e extraordinário aplica-se o princípio da fungibilidade recursal, se o erro do recorrente não for grosseiro, principalmente porque o prazo para a interposição de ambos os recursos é idêntico.

72. Julgue os itens a seguir.

I De regra, o termo *a quo* para a propositura da rescisória é aquele em que foi proferida a decisão que inadmitiu o recurso, não retroagindo ao momento a partir do qual o recurso deixou de ser admissível.

II Reconhece-se o interesse de agir do autor contra o despacho que determinou que se procedesse à instrução probatória quando o processo comportava o julgamento antecipado da lide, requerido pelo autor.

III A sucumbência não constitui requisito para aquilatar-se o interesse recursal do Ministério Público, podendo este recorrer ainda que a sentença haja acolhido *in totum* a sua manifestação nos autos.

IV O juiz que, no julgamento de apelação, ficar vencido quanto à preliminar de inadmissibilidade do recurso não poderá se escusar de prosseguir no julgamento, pronunciando-se sobre o mérito recursal.

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 1.

- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

73. O Estado, como concepção jurídica ou política, não se cristaliza em uma fórmula acabada; está em contínua mutação, por meio de processos progressivos de desenvolvimento (por vezes regressivos). Acerca do desenvolvimento histórico do Estado, assinale a opção **incorreta**.

- A) O Estado grego da Antiguidade legou ao pensamento político-constitucional a concepção de democracia, a qual, contudo, era plena, muito diferente da atual: todos os habitantes da pólis eram partícipes diretos das decisões políticas, e a idéia de liberdade individual era proeminente frente aos interesses coletivos.
- B) As correntes filosóficas do contratualismo, do individualismo e do iluminismo, de que foram expoentes doutrinários Locke, Rousseau, Montesquieu e Kant, ligam-se ao surgimento do Estado de direito ou constitucional, que tem por características a laicidade e a soberania.
- C) O Estado-providência, identificado como Estado social, intervencionista, com aguda predominância no século XX, contrapõe-se ao Estado liberal.
- D) O Estado de direito surge como Estado liberal, assente na idéia de liberdade, empenhado em nome dela a limitar o poder político, tanto pela separação de poderes quando pela redução, ao mínimo, de suas funções perante a sociedade.

74. Acerca da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais vigentes, assinale a opção **incorreta**.

- A) A norma constante do art. 192, § 3.º ("as taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar"), de acordo com a interpretação dada pelo STF, não possui eficácia plena.
- B) Enquanto não regulada por lei a hipótese de interceptação telefônica constante do inciso XII do art. 5.º ("é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal"), a garantia do sigilo das comunicações telefônicas não estava sujeita à restrição, conforme entendeu o STF.
- C) O art. 205 ("a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho") veicula autêntica norma de cunho programático, a qual possui uma eficácia reduzida.
- D) O art. 7.º, XI, explicitando como direito do trabalhador a "participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei", constitui exemplo de norma de eficácia contida, uma vez que a ausência da lei referida não impedia o trabalhador de exigir judicialmente o benefício em caso de recalcitrância do patrão.

75. A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) foi finalmente regulada pelo legislador federal por meio da Lei n.º 9.882/1999, provocando diversas polêmicas e motivando o questionamento de sua constitucionalidade por meio da ADIn n.º 2.231-8, proposta pelo Conselho Federal da OAB, relator o ministro Néri da Silveira. Acerca do delineamento inicial do instituto, julgue os itens abaixo.

- I Tanto a ADPF como a ADIn e a ADC são instrumentos do controle concentrado de constitucionalidade. Nada obstante, o parâmetro de fiscalização é distinto: no caso dessas duas últimas, é a Constituição da República de 1988, ao passo que na ADPF são apenas algumas de suas normas.
- II A ADPF somente poderá ser proposta pelos legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade, mas qualquer interessado poderá solicitar ao procurador-geral da República a sua propositura.

III O princípio da subsidiariedade condiciona o ajuizamento dessa especial ação de índole constitucional à ausência de qualquer outro meio processual apto a sanar, de modo eficaz, a situação de lesividade indicada pelo autor.

IV Podem constituir objeto da ADPF atos concretos emanados de qualquer um dos três poderes; atos de particulares, ainda que violadores dos direitos fundamentais, não estão abrangidos nas hipóteses de cabimento da arguição.

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

76. Lei do DF de iniciativa do governador, fixando vencimentos dos servidores da respectiva polícia civil em patamares inferiores à remuneração dos cargos correspondentes da polícia federal,

A) é constitucional, por incluir-se a matéria na competência local, conforme dispõe o art. 144, § 6.º, da Constituição da República: “as polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”.

B) é constitucional, por incluir-se a matéria na competência legislativa concorrente (art. 24. “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XVI – organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis”), se não existir lei federal de normas gerais, cuja edição superveniente suspenderá a eficácia da lei local no que lhe for contrário.

C) é inconstitucional, por incluir-se a matéria na competência privativa da União (art. 21. “Compete à União: XIV – organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio.”).

D) é inconstitucional, em decorrência da violação ao princípio da isonomia de vencimentos para cargos iguais ou assemelhados.

77. De acordo com a vigente Lei n.º 9.868/1999 — que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) e da ação declaratória de constitucionalidade (ADC) perante o STF —, assinale a opção correta relativa à declaração da constitucionalidade ou da inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.

A) Ambas têm eficácia contra todos e efeito vinculante somente em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à administração pública federal, estadual e municipal, tanto se proferidas em ADIn quanto em ADC.

B) Ambas têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à administração pública federal, estadual e municipal, somente se exaradas em ADC, não em ADIn.

C) Ambas têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação a todos os três poderes, seja federal, estadual e municipal, tanto se proferidas em ADIn quanto em ADC.

D) Somente a declaração de constitucionalidade tem efeito vinculante, tanto se proferida em ADIn quanto em ADC.

78. Acórdão unânime de tribunal de justiça estadual, julgando apelação, entendeu admissível a ação de nunciação de obra nova — divergindo, no ponto, de decisão de outros tribunais — e, para julgá-la procedente, declarou incidentalmente a constitucionalidade de lei municipal, contestada perante a Constituição da República. Nesse caso, para impugnar ambos os fundamentos da decisão local, deve a parte vencida

A) interpor recurso especial para o STF, atacando os dois fundamentos da decisão recorrida, e, caso não provido, interpor recurso extraordinário para o STF, restrito à questão constitucional.

B) interpor exclusivamente recurso especial acerca do cabimento da ação de nunciação de obra nova e, se necessário, propor ação rescisória contra a declaração de constitucionalidade da lei local, que, tomada por unanimidade, não comporta recurso extraordinário.

- C) interpor simultaneamente o recurso especial — por divergência jurisprudencial sobre o cabimento da ação — e o recurso extraordinário — por haver o tribunal *a quo* julgado válida lei local contestada em face da Constituição da República.
- D) propor, primeiro, o recurso extraordinário, pois a questão constitucional é prejudicial, e, se não provido, interpor o especial para solver a questão infraconstitucional.

79. Considere a hipótese de uma ação civil pública proposta em juízo de primeiro grau para pleitear indenização de danos e demolição de estabelecimento industrial cuja construção, embora autorizada com base em lei estadual, infringe legislação federal de proteção ambiental. Em face dessa hipótese, assinale a opção correta.

- A) Dada a eficácia *erga omnes* da coisa julgada em ação civil pública, é inadmissível a declaração de inconstitucionalidade da lei local referida, porquanto o juiz estaria usurpando competência privativa do STF.
- B) É possível ao juiz declarar incidentalmente a inconstitucionalidade da lei estadual, pois se trata de controle difuso, o qual, no sistema brasileiro, não está condicionado à natureza da ação proposta.
- C) A declaração incidental somente seria possível, no caso, se se referisse à validade de lei municipal, pois as leis estaduais são objeto de controle concentrado perante o STF.
- D) No caso, a declaração incidental de inconstitucionalidade da lei local esbarra em óbice decorrente do necessário efeito vinculante que se produziria após o trânsito em julgado da sentença de mérito.

80. Em relação ao *habeas corpus* (HC), a jurisprudência dominante do STF

- A) admite HC para questionar a constitucionalidade da imposição de pena de multa de efeitos confiscatórios.
- B) admite o HC que vise prevenir a produção ou determinar o desentranhamento de provas obtidas por meios ilícitos em procedimento criminal de que possa resultar condenação a pena privativa de liberdade.
- C) declina, para os tribunais de segundo grau, da competência para conhecer originariamente de HC impetrado contra decisão de Turma Recursal dos Juizados Especiais.
- D) entende, após a Emenda Constitucional n.º 22/1999, ser de sua competência originária HC impetrado contra decisão de qualquer tribunal.

81. Em relação ao processo legislativo e à recepção de normas legais decorrente da mudança de Constituição, julgue os itens a seguir.

- I Lei ordinária anterior à nova Constituição, regendo matéria que passou a ser reservada à lei complementar, foi automaticamente revogada.
- II Lei complementar anterior, regendo matéria que a nova Constituição passou a reservar à lei ordinária, pode ser recepcionada em tudo quanto não a contrariar materialmente, podendo, desde então, ser revogada por lei ordinária.
- III É possível que uma lei complementar anterior à nova Constituição seja recepcionada em parte como lei complementar, em outra parte como lei ordinária; as normas consideradas ordinárias podem ser modificadas por outra lei ordinária.
- IV Se o Congresso Nacional edita lei complementar para regular matéria da Constituição que vem a ser interpretada pelo STF como reservada à lei ordinária, a lei questionada é considerada inválida, em decorrência de vício formal.

Estão certos apenas os itens

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

82. Acerca do sistema tributário nacional, tal como estruturado pela Constituição em vigor, assinale a opção **incorreta**.

- A) A imunidade tributária recíproca entre União, Estados, DF e Municípios — garantia da federação — abrange todas as espécies tributárias.
- B) As contribuições sociais podem ter base de cálculo própria de impostos.
- C) A União é o único dos entes da Federação que pode vir a criar um novo imposto não previsto na Constituição.
- D) O princípio da anterioridade fiscal não exige que o aumento do imposto deva estar previsto na lei orçamentária aprovada para que possa vigorar no exercício financeiro seguinte.

83. Em relação à teoria dos direitos fundamentais, assinale a opção **incorreta**.

- A) O princípio da proporcionalidade, como idéia jurídica geral de que as restrições a direitos fundamentais devem ser adequadas e necessárias aos fins a que se destinem, pode constituir parâmetro de controle de constitucionalidade da atividade legiferante.
- B) Os limites imanentes dos direitos fundamentais delineiam o âmbito máximo de proteção constitucional, ou seja, quais condutas e quais valores jurídicos estão preservados pela norma de direito fundamental.
- C) Direitos a prestações positivas de índole material, embora sujeitos à cláusula da “reserva do possível”, vinculam o legislador e o administrador a concretizá-los.
- D) Os direitos fundamentais consagrados na Constituição, porque visam à preservação da dignidade humana, somente podem ter como titulares as pessoas físicas.

84. De acordo com a jurisprudência do STF acerca das cláusulas pétreas e a possibilidade de controle de constitucionalidade de emendas tendentes a aboli-las, assinale a opção correta.

- A) Qualquer cidadão é parte legítima para, em controle difuso, impugnar a tramitação de proposta de emenda constitucional ofensiva às limitações materiais ao poder de reforma da Constituição.
- B) É constitucional a emenda à Constituição suspensiva, com relação a tributo temporário, da imunidade recíproca da União, dos Estados e dos Municípios.
- C) Deputados e senadores, na qualidade de parlamentares, têm legitimação ativa para impetrar mandado de segurança para sustar a tramitação, na respectiva Casa, de proposta de emenda constitucional tendente a abolir o mandado de injunção.
- D) É admitida a ação declaratória de constitucionalidade para, com efeito vinculante, garantir a tramitação de proposta de emenda constitucional interrompida pelo presidente do Senado, sob a justificativa de violar o princípio federativo.

85. A Constituição em vigor veda a

- A) cobrança de imposto no mesmo exercício financeiro da publicação de lei que haja revogado a isenção incondicionada anteriormente concedida ao contribuinte.
- B) cobrança do aumento do imposto sobre propriedade territorial rural no exercício financeiro seguinte, se a medida provisória que o majorou, editada no ano anterior, não for convertida em lei no mesmo exercício.
- C) majoração de taxa criada em razão do exercício do poder de polícia por medida provisória.
- D) cobrança de imposto sobre o patrimônio e a renda de sociedade civil destinada a arrecadar fundos para a construção e a manutenção de templos de determinado culto.

86. Em relação ao processo histórico do constitucionalismo republicano brasileiro, julgue os itens abaixo.

- I A expressão Estado Novo designa o regime constitucional votado pela Assembléia Constituinte convocada pelo governo provisório instituído após a Revolução de 1930.
- II O parlamentarismo vigorou na República sob a vigência da Constituição de 1946, entre 1961 e 1964, quando os comandos militares, em nome da “revolução vitoriosa”, editaram o Ato Institucional n.º 1.
- III O Ato Institucional n.º 5, de 13/12/1968, outorgou ao presidente da República competência para suspender direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais, excluindo da apreciação judicial os atos fundados em tais poderes.
- IV A Assembléia Nacional Constituinte que aprovou a Constituição de 1988 foi convocada por meio de emenda à Constituição anterior.

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

87. O projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados e alterado por emenda no Senado Federal

- A) será remetido à sanção com o texto votado pelo Senado.
- B) retornará à Câmara, que, se rejeitar as emendas introduzidas pelo Senado, encaminhará à sanção o texto que aprovara.
- C) poderá ser, desde logo, sancionado pelo presidente da República na parte em que foi aprovado por ambas as Casas, devolvendo-se à Câmara a deliberação final sobre os pontos objeto de emenda do Senado.
- D) retornará à Câmara, que, se não aprovar as emendas, arquivará o projeto.

88. Segundo a proposta aprovada pela Câmara dos Deputados de reforma do Poder Judiciário, atualmente submetida ao Senado,

- A) a decisão de qualquer grau de jurisdição contrária à súmula vinculante editada pelo STF poderá ser por este cassada mediante reclamação do interessado.
- B) a decisão concessiva de mandado de injunção deverá suprir a omissão do legislador e estabelecer a norma a ser observada no caso concreto para viabilizar o exercício dos direitos e liberdades constitucionais reclamados, até que sobrevenha a lei reguladora.
- C) fica criado o Conselho Nacional de Justiça, ao qual incumbirá o controle externo da administração do Poder Judiciário, composto por juízes, advogados e membros do Ministério Público, todos eleitos pelo Congresso Nacional.
- D) é vedado o exercício da advocacia, em qualquer juízo ou tribunal, aos magistrados aposentados, até três anos contados da data da inatividade.

89. Na concretização dos direitos sociais, o STF, interpretando a Constituição em vigor,

- A) não admite que um doente necessitado possa reclamar em juízo o fornecimento de remédios, ainda quando a sua distribuição gratuita tenha sido iniciada por força de programa oficial criado por lei, por entender ser de caráter programático a norma constitucional que reconhece a todos o direito à saúde.
- B) entende, por força do art. 195, § 5.º, da Constituição ("nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total"), depender da instituição de fonte de custeio total a majoração de benefícios previdenciários decorrente do atual § 2.º do art. 201, segundo o qual "nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo".
- C) decidiu que os princípios da liberdade de iniciativa e da liberdade de ensino impedem a disciplina por lei do reajuste de mensalidades escolares.
- D) não mais admite a imunidade tributária das entidades fechadas de previdência privada em que haja contribuição dos seus beneficiários.

90. Acerca das funções essenciais à justiça, previstas na Constituição, assinale a opção **incorreta**.

- A) Aos membros do Ministério Público junto aos tribunais de contas não se reconhece a função institucional de promoção de ações civis e penais públicas fundadas nas decisões do respectivo colegiado.
- B) À Defensoria Pública incumbe a defesa em juízo dos necessitados; no entanto, dada a deficiência de sua organização em várias unidades da federação segundo os moldes constitucionais, o STF reconhece ser ainda constitucional o art. 68 do Código de Processo

Penal, que legitima o Ministério Público a promover, em favor da vítima pobre, a ação civil de reparação de danos decorrentes de crime.

C) Não se aplica aos membros do Ministério Público a inelegibilidade dos membros do Poder Judiciário.

D) O Procurador-Geral de Justiça do DF está legitimado a promover representação para fins de intervenção, com o objetivo de assegurar a observância, pelo governo local, do princípio constitucional de prestação de contas da administração pública direta e indireta.

91. Na Lei Distrital n.º 197, de 4 de dezembro de 1991, estabeleceu-se que, “a partir de 1.º de janeiro de 1992, aos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal aplicar-se-ão, no que couber, as disposições da Lei Federal n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e legislação complementar, até a aprovação do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Distrito Federal pela Câmara Legislativa”. Levando-se em conta que até o presente momento a Câmara Legislativa do Distrito Federal não aprovou mencionado Regime Jurídico Único, assinale a opção correta.

A) Relativamente à matéria regime jurídico único, o DF não poderia ter abdicado de sua autonomia legislativa prevista no art. 32 da Constituição da República; por isso, embora ainda não tenha havido proclamação de inconstitucionalidade, a Lei Distrital n.º 197, de 1991, é inconstitucional, e a mencionada lei federal não pode ser aplicada aos servidores distritais.

B) Relativamente à matéria regime jurídico único, o DF poderia ter abdicado de sua autonomia legislativa prevista no art. 32 da Constituição da República; por isso, não há que se falar em inconstitucionalidade, podendo a mencionada lei federal ser aplicada aos servidores distritais.

C) As leis federais, aprovadas posteriormente, que alteraram e revogaram disposições da Lei Federal n.º 8.112, de 1990, são insuscetíveis de produzir qualquer repercussão no regime jurídico único do servidor distrital enquanto não forem expressamente adotadas por nova lei distrital.

D) As leis federais, aprovadas posteriormente, que alteraram e revogaram disposições da Lei Federal n.º 8.112, de 1990, incorporaram-se automaticamente ao regime jurídico único do servidor distrital, sem necessidade de promulgação de nova lei distrital que as adote expressamente.

92. Segundo o regime jurídico a que estão submetidos os servidores públicos federais (Lei n.º 8.112/1990), assinale a opção **incorreta**.

A) A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

B) Sempre que o ilícito praticado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de trinta dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

C) A responsabilidade civil do servidor decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

D) A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada mediante comunicação ao servidor e descontada em parcelas mensais cujo valor não exceda a 10% da remuneração ou provento, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

93. A absolvição criminal só afastará o ato punitivo, no âmbito da administração,

A) se for feita a prova inequívoca de que o acusado, embora autor do fato delituoso, não foi responsabilizado, em virtude de aceitação de suspensão condicional do processo proposta pelo Ministério Público.

B) se ficar provado, na ação penal, que está prescrita a pretensão punitiva do Estado.

C) se ficar provada, na ação penal, a inexistência do fato ou provado que o acusado não foi seu autor.

D) se ficar demonstrado, na ação penal, que as provas da participação do acusado são inconsistentes a ponto de impossibilitarem um juízo de condenação.

94. Concessionária de serviço público, em contrato no qual figura como poder concedente o DF, pode sofrer intervenção da União quando houver

- A) solicitação do governador do DF, do presidente da Câmara Legislativa do DF ou representação do procurador-geral de justiça do DF e territórios.
- B) caso de iminente perigo público, assegurada indenização ulterior, se houver dano.
- C) necessidade de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.
- D) sido decretado estado de sítio no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa.

95. Assinale a opção **incorreta**.

- A) Poderá ser qualificada como organização da sociedade civil de interesse público a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam requisitos previstos pela lei específica.
- B) Poderá ser qualificada como organização social a pessoa jurídica de direito privado, de fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação ambiental, à cultura e à saúde, desde que sejam atendidos requisitos previstos pela lei específica.
- C) O contrato de gestão é conceituado como o instrumento firmado entre o poder público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para o fomento e a execução de atividades relativas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação ambiental, à cultura e à saúde.
- D) O termo de parceria é o instrumento passível de ser firmado entre o poder público e as entidades qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução de atividades de interesse público previstas em lei específica.

96. Quanto à invalidação dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A) O controle externo pelo Poder Judiciário poderá alcançar o exame de mérito, desde que esteja sendo questionada a prática de ato dentro dos limites traçados para a discricionariedade.
- B) O controle interno da administração está sempre restrito a considerações de ilegalidade, em face da teoria dos motivos determinantes.
- C) A administração detém o controle interno mais amplo, que lhe permite o desfazimento de seus atos por considerações de mérito e de ilegalidade.
- D) O controle externo pelo Poder Judiciário é mais amplo, pois se estende tanto aos aspectos de mérito quanto ao exame da legalidade.

97. Relativamente à disciplina a que estão submetidos, assinale a opção **incorreta** acerca dos bens públicos dominiais.

- A) Podem ser objeto de aforamento ou enfiteuse, quando a administração, após procedimento licitatório, transfere o domínio direto a outrem, mediante pagamento de foro anual por parte do enfiteuta ou adquirente.
- B) Podem ser alienados ou cedidos pela administração.
- C) Podem ser objeto de cessão de uso entre o titular do domínio e outro órgão público.
- D) Laudêmio é a importância que o foreiro paga ao senhorio quando este renuncia ao seu direito de reaver o domínio útil transferido, em igualdade de condições com o terceiro que o adquire.

98. No Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza instituído pela Lei n.º 9.985, de 18/7/2000, prevêem-se dois grupos: o de unidades de proteção integral, cujo objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na própria lei; e o de unidades de uso sustentável, que visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Assinale a opção que contém apenas categorias de unidade de conservação pertencentes ao grupo das unidades de proteção integral.

- A) estação ecológica; reserva biológica; parque nacional; monumento natural; refúgio de vida silvestre  
 B) área de proteção ambiental; área de relevante interesse ecológico; floresta nacional; reserva de fauna; reserva de desenvolvimento sustentável  
 C) estação ecológica; reserva biológica; parque nacional; reserva de fauna; monumento natural  
 D) área de proteção ambiental; floresta nacional; parque nacional; reserva de fauna; reserva de desenvolvimento sustentável

99. O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil e requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar. Esgotadas todas as diligências, se o promotor de justiça do DF e territórios se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente e,

- A) em seguida, submeterá o ato ao juiz competente, que, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará a remessa do inquérito ou das peças de informação ao procurador-geral, e este ajuizará a ação civil, designará outro promotor de justiça para ajuizá-la, ou insistirá no arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.  
 B) no prazo de dez dias, deverá providenciar a comunicação do ato às associações legitimadas, que, se entenderem cabíveis, apresentarão razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito ou anexados às peças de informação para apreciação pelo procurador-geral.  
 C) no prazo de três dias, submeterá o ato ao procurador-geral, sob pena de incorrer em falta grave.  
 D) no prazo de três dias, submeterá o ato à Câmara de Coordenação e Revisão que tenha competência para apreciar a promoção de arquivamento, sob pena de incorrer em falta grave.

100. A atividade da administração pública desempenhada pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder, que vise limitar ou disciplinar direito, interesse ou liberdade, regular a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, constitui mais propriamente o exercício do poder

- A) disciplinar.  
 B) de polícia.  
 C) hierárquico.  
 D) regulamentar.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	C	C	B	C	C	D	B	C	A	C	D	A	A	D	D	C	C	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	A	D	A	B	C	C	C	B	A	B	D	D	A	D	C	A	B	D	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
D	B	C	B	B	C	D	B	C	C	C	B	A	A	B	B	A	C	C	C
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
A	C	A	A	D	D	D	B	D	B	B	D	A	D	D	C	A	C	B	B
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100

C	A	D	C	B	B	B	A	D	D	C	D	C	D	B	C	A	A	D	B
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---